

# MILLENNIUM SNAPSHOTS SETORIAIS PRR

OPORTUNIDADES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

---

Tecnologia  
e Digital

Millennium  
bcp Empresas  
AQUI CONSIGO

# EDITORIAL

## O plano para relançar a economia



**João Nuno Palma**  
Vice-Presidente da  
Comissão Executiva

*Eis aqui, quase cume da cabeça  
De Europa toda, o Reino Lusitano,  
Onde a terra se acaba e o mar começa (...)*

Luís de Camões

O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência é apenas uma parte do conjunto dos fundos que a União Europeia tornará acessíveis a Portugal nos próximos anos, com o objetivo imediato de reagir à crise pandémica, através de respostas articuladas para a reanimação económica e a criação de emprego, atendendo simultaneamente a problemas estruturais que se aguardam há vários anos.

O PRR não pode, por isso, ser encarado como um instrumento isolado e independente da reprogramação em curso no Portugal 2020, nem divorciado do próximo QFP – Quadro Financeiro Plurianual que vigorará até ao fim da década. O Plano encerra em si mesmo algumas conexões para o magno objetivo da dupla transição climática e digital.

Parece, assim, que a harmonia completa tem de ser complementada com as dotações anuais de investimento do orça-



mento de Estado, bem como com o envelope financeiro final contratualizado para o Portugal 2030, aos quais ainda se podem associar, de forma adjacente e casuística, os programas que a Comissão Europeia gere na área da Ciência, como o Horizonte Europa (no apoio à investigação e à inovação) ou na área da Cultura, com o Europa Criativa.

Em suma e resumindo, os próximos cinco anos, até final de 2026, concentrarão uma disponibilidade financeira excepcional, e sem precedentes, para o desenvolvimento económico e social do nosso país, correspondente a mais de 48 mil milhões de euros de um total superior a 61 mil milhões de euros.

O PRR constitui-se como a fase seguinte aos apoios iniciais desenvolvidos para atenuar a dimensão da crise de 2020 – quer por via das garantias de Estado, quer por via das moratórias – às situações de emergência económica e social vividas em plena pandemia.

O CAPEX Público previsto para investimento na aquisição de bens e serviços (obras públicas e equipamentos, entre

outros) será de, aproximadamente, 10 mil milhões de euros, orientado para o estímulo da procura, com efeitos multiplicadores no crescimento económico.

Porém, face aos robustos objetivos dessa agenda PRR, a atual formulação do tecido empresarial pode, em alguns casos, não se ajustar às ambições aí consagradas, pelo que é muito atendível que a dimensão de alguns investimentos aconselhe e estimule processos de cooperação empresarial.

Esse é um dos grandes desafios do PRR: o desenvolvimento de parcerias e associação conferirá mais valor às oportunidades que aí se identificarem, seja pela dimensão ou pela especificidade, cabendo ao Estado proporcionar essas condições e às empresas organizarem-se para corresponder a esta intervenção excepcional.

Atendendo ao volume dos montantes envolvidos, mas também ao espaço de tempo disponível para a concretização do PRR, é desejável que a tramitação dos avisos de concurso seja simplificada, com estruturas ágeis, rápidas nos processos de avaliação de candidaturas e uma conseqüente fluidez nos processos de decisão e contratação.



Sendo certo que estes serão programas fortemente escrutinados, até pela experiência consolidada, sabe-se que a *Governance* do PRR, na área da coordenação técnica e de gestão, será assumida por uma estrutura de missão, e que a sua execução será contratualizada com agências e organismos públicos.

Neste contexto, no Millennium bcp, acreditamos genuinamente na parceria que podemos construir com os nossos Clientes, mas também na capacidade conjunta de ultrapassar este desafio extraordinário e singular!

Com estes *Snapshots* Setoriais PRR desejamos contribuir para que os empresários e gestores possam tomar decisões ainda melhor fundamentadas, contando para isso com as Equipas do Banco, como um parceiro que conhece bem a economia e está preparado no serviço que presta aos Clientes.

Pela nossa parte - no Millennium bcp - estamos comprometidos com as prioridades de mudança estrutural da economia portuguesa e no reforço do tecido empresarial, centrados na capitalização e robustez dos balanços das empresas, no redimensionamento empresarial, no incremento da inovação e no fortalecimento da capacidade exportadora.

Acreditamos que o contexto do pós-pandemia será fortemente desafiante.

Estando o Millennium bcp fortemente comprometido com a nossa economia e com o sucesso da sua evolução, e sendo o PRR e o QFP programas transformacionais cuja implementação e boa execução pelos nossos Clientes é também uma prioridade para o Banco, estaremos assim ativos e empenhados nas candidaturas das Empresas a atuar em Portugal aos programas referidos.

Contem connosco!

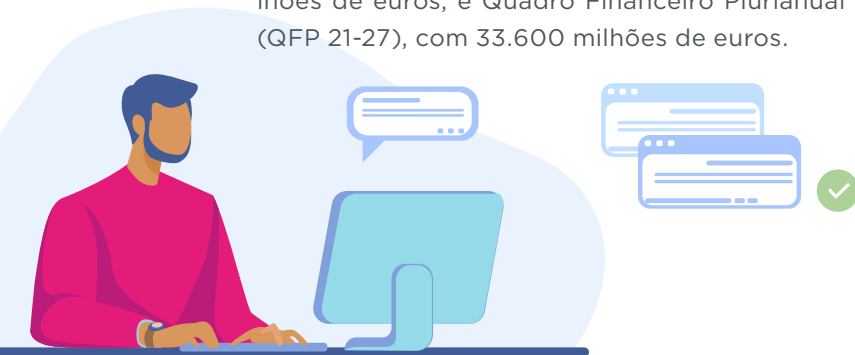
## CONTEXTO

# Portugal receberá 61 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos

No início de 2021, foi aprovada pelo Governo a Estratégia Portugal 2030 que constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo.

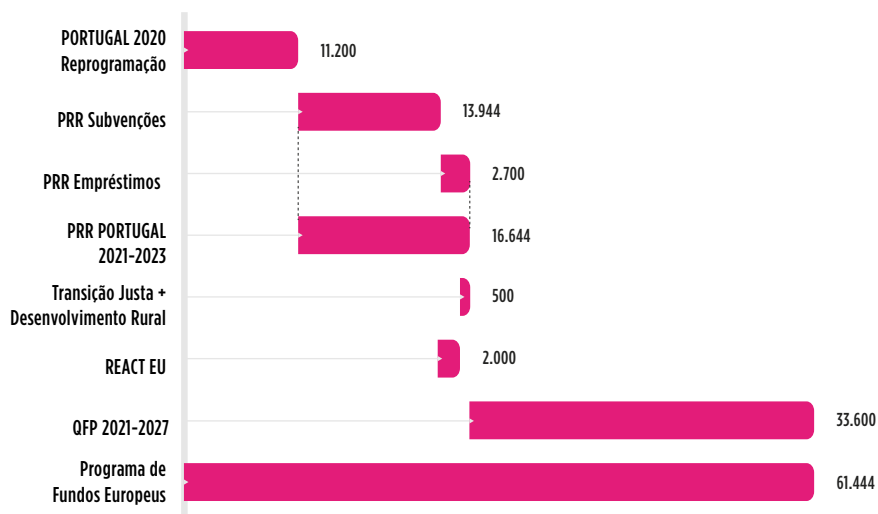
Em termos globais, **este será o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia, num total de 1,8 biliões de euros**, para ajudar a reconstruir a Europa no pós-Covid-19, criando uma Europa mais verde, mais digital e mais resiliente.

**Portugal contará com 61 mil milhões de euros para a sua recuperação e retoma económica**, pós-pandemia, com especial enfoque em três instrumentos de investimento: Portugal 2020, reprogramado com 11.200 milhões de euros; Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com 16.644 milhões de euros; e Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (QFP 21-27), com 33.600 milhões de euros.



## Financiamento das medidas de investimento económico e social

milhões de euros



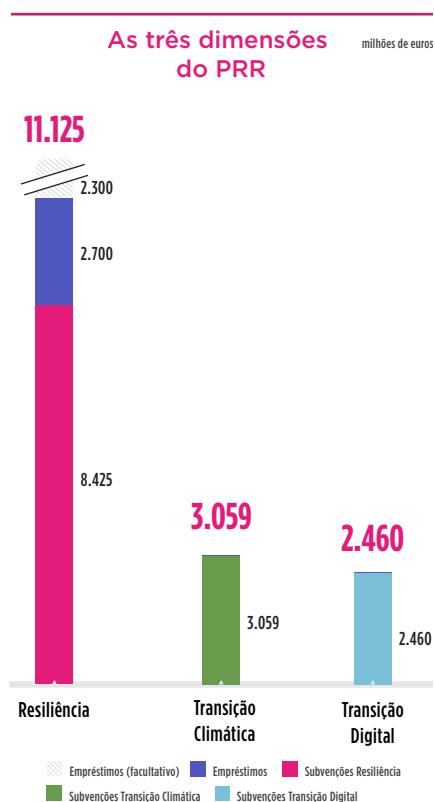
### Timeline para a execução do investimento

Plano PT-EU	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Responsável	Tempo
PORTUGAL 2020 Reprogramação	PT2020 11.200 M€									ADC	3 anos
PRR Subvenções		PRR Aprovação 13.944 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
PRR Empréstimos		PRR Aprovação 2.700 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
Transição Justa + Des. Rural + REACT EU		TJ + DR + REACT EU 2.500 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
QFP 2021-2027 PORTUGAL 2030		QFP 2021-2027   PT2030 Aprovação 33.600 M€					QFP 2021-2027 PT2030			ADC	7+2 anos

↑  
15/02/2021

# PRR 2021-2023

## Enquadramento do Plano de Recuperação e Resiliência



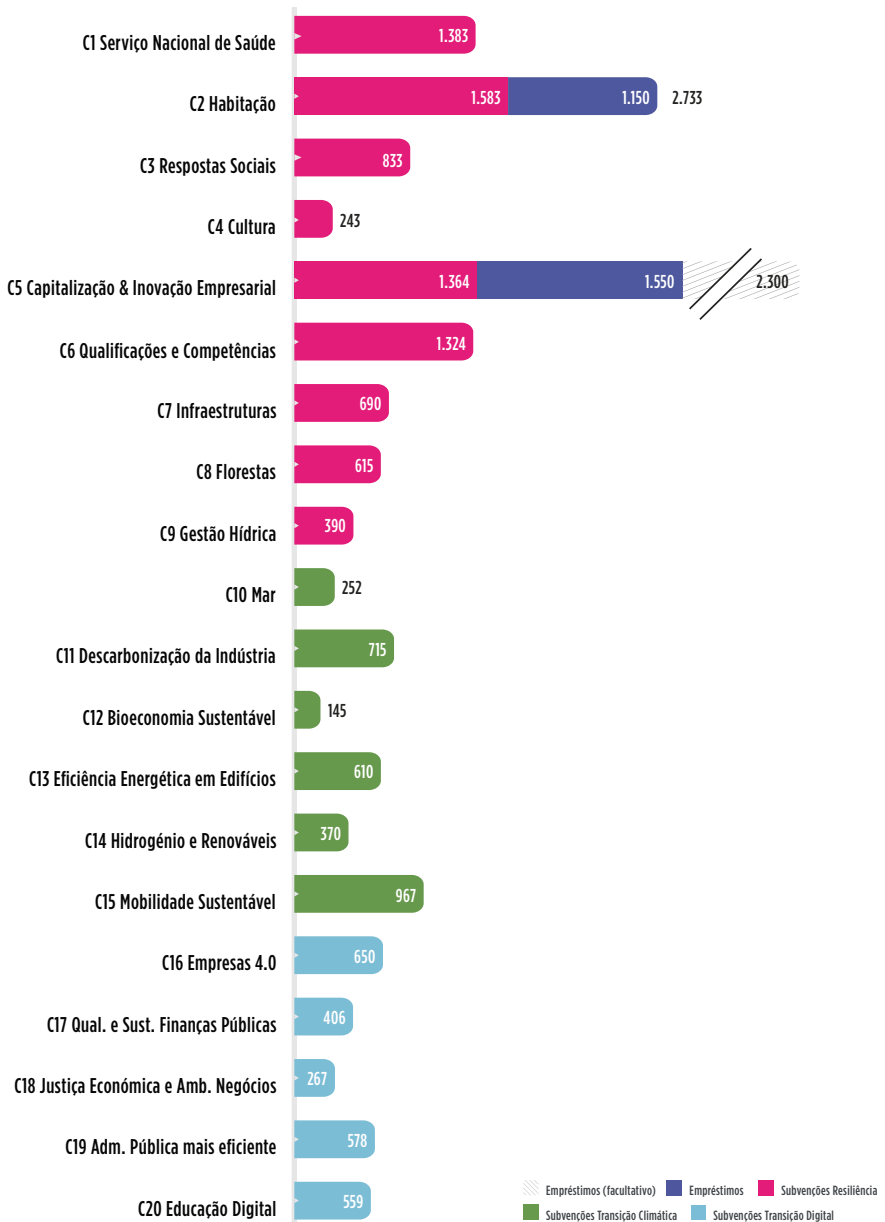
O Programa de Recuperação e Resiliência atribuirá a Portugal 13.944 milhões de euros em subvenções e 2.700 milhões de euros em empréstimos para ativar em três domínios de recuperação (resiliência, transição climática e transição digital), num conjunto de 20 componentes de investimento, 37 reformas e 83 investimentos, que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O recurso à componente de apoios sob a forma de empréstimos poderá ainda ser aumentado num valor adicional de 2,3 mil milhões de euros, após uma reavaliação no segundo semestre de 2022.



## As componentes do PRR

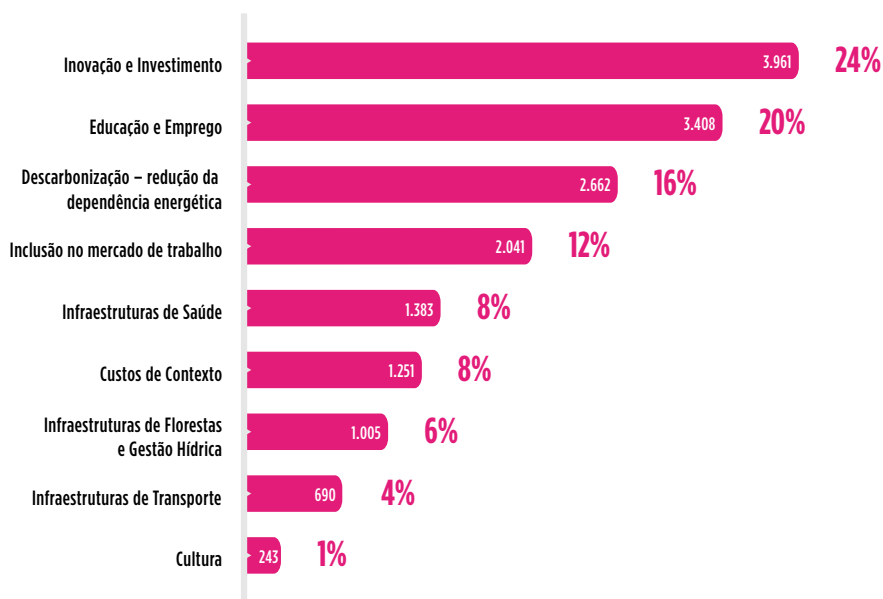
milhões de euros



As áreas temáticas mais impactadas pela resposta do PRR à pandemia são a Inovação e Investimento (Capitalização Empresarial, Inovação, Mar, Bioeconomia e Empresas 4.0), a Educação e Emprego (Alojamento estudantil, Qualificações e Competências e Escola Digital) e a Redução da dependência energética (Descarbonização da Indústria, Eficiência Energética, Renováveis, Hidrogénio e Mobilidade Sustentável). Estas três áreas representam 60% dos apoios concedidos.

### Visão do PRR por áreas temáticas

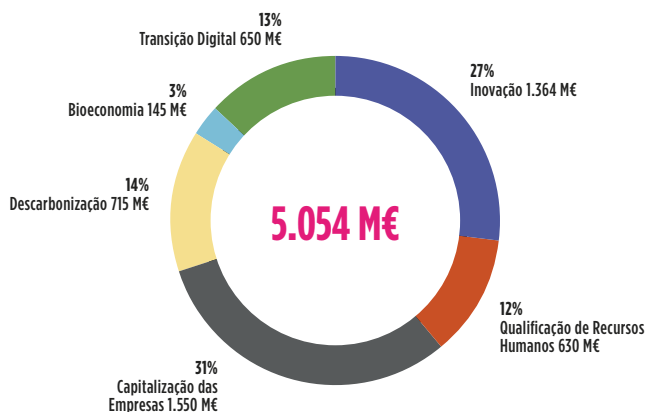
milhões de euros



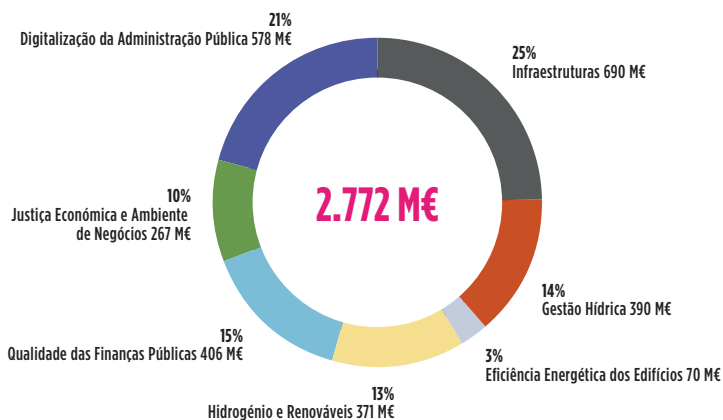
Dos cerca de 16 mil milhões de euros que constituem o PRR, mais de 10 mil milhões dizem respeito a investimento público distribuído pelos três grandes eixos do programa: a transição digital, a transição climática e a resiliência.

Na vertente de investimento privado, o PRR assume como principal missão apoiar o tecido empresarial português na recuperação da crise pandémica e na transição para uma atividade mais digital e amiga do ambiente. Neste âmbito, foram definidas medidas que preveem quer apoios diretos, quer apoios indiretos, através de investimentos que dinamizem a atividade do setor privado em Portugal.

### Apoio direto às empresas



### Apoios indiretos às empresas



A proposta do “PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro” foi submetida à Comissão Europeia no dia 22 de abril de 2021 e espera-se que ainda durante o segundo semestre de 2021 sejam disponibilizados os primeiros avisos para concurso.

A abertura destes avisos permitirá a aprovação de projetos de investimento de cada uma das componentes, abrindo assim as oportunidades para a contratação pública e adjudicação da execução às empresas e ao setor privado.

### Oportunidades no setor público



Aprovação do PRR



Abertura de avisos



Aprovação de projetos

### Oportunidades no ecossistema



Anúncios de contratação pública



Contrato público

# SETOR EM ANÁLISE

## Tecnologia e Digital

---

O setor das **Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrônica** tem um papel relevante no PRR e a sua atuação está presente em múltiplas medidas dos mais variados setores.

Esta transversalidade de atuação em setores como a Indústria, os Serviços e a Administração Pública traduz-se em oportunidades de relevo na dinamização da adoção de boas práticas e no impulso da transformação e modernização destes mesmos setores.

As suas competências e conhecimento em áreas como a **digitalização, a incorporação tecnológica, a formação digital dos recursos humanos das empresas e a transformação digital da Administração Pública** contribuem para reforçar a competitividade de toda a economia nacional.



### Perfil do setor

- PME, com predominância para as microempresas com 93%;
- 108.000 empregos;
- 16,6 mil milhões de euros de volume de negócios;
- 4,8 mil milhões de euros de exportações;
- 24% do total das empresas são exportadoras (dados de 2017).

Fonte: IAPMEI

### O setor no PRR

Da consulta ao Plano de Recuperação e Resiliência foi possível identificar quais as medidas que as empresas que atuam no âmbito das Tecnologias e do Digital possam vir a beneficiar, quer como beneficiárias diretas ou mesmo como potenciais fornecedoras de competências e conhecimentos para outros setores de atividade, nomeadamente o setor público.

**Consulte as medidas no final desta edição da Millennium Snapshots Setoriais PRR.**

# SOLUÇÕES MILLENNIUM BCP

## Venha conhecer as nossas soluções comerciais

---

Se antecipa poder vir a beneficiar das medidas contempladas no Plano de Recuperação e Resiliência, seja por via da candidatura a apoios diretos, seja pela oportunidade de fornecimento das necessidades públicas de investimento, **venha ao Banco do Plano de Recuperação e Resiliência.**



Conte connosco para o apoiar na candidatura, com as soluções de que necessita e o aconselhamento especializado:



Equipa dedicada



Clube de parceiros de consultoria



Análise financeira preliminar



Adiantamento de incentivos



Soluções de Factoring para antecipar as suas receitas



Financiamento da atividade e do investimento



Apoio às exigências legais (emissão de garantias bancárias)

**Para o financiamento da Economia, o Millennium bcp é o Banco que está ao lado das empresas.** Tudo para que o seu negócio retome a atividade e cresça.

**É tempo de pôr a economia a andar. Vamos lá!**



# Medidas: Tecnologia e Digital

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
<b>RESILIÊNCIA</b>		
C1. Serviço Nacional de Saúde	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	<p>Concluir o sistema de informação integrado que permita a referenciação dos utentes entre níveis de cuidados (SIGA SNS)</p> <p>Dotar os centros de saúde com condições técnicas para realização de teleconsultas e telemonitorização de doenças crónicas, por exemplo, insuficiência cardíaca e DPOC, entre outras</p> <p>Modernizar equipamentos</p>
	Digitalização na área de Saúde na Madeira	<p>Criar/implementar tecnologias digitais de apoio à monitorização de doentes (por exemplo: desenvolvimento de soluções com vista ao registo da consulta multidisciplinar de decisão terapêutica, plataforma de apoio ao registo dos resultados da I&amp;D na área da Cardiologia e prescrição e controlo eletrónico de medicação em Hemato-Oncologia)</p> <p>Formar os cidadãos e os <i>stakeholders</i> para o uso dos recursos digitais em saúde</p> <p>Incrementar a digitalização da saúde e a interoperabilidade de um sistema de informação</p> <p>Intensificar a telesáude, com definição da rede de suporte</p> <p>Melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços de saúde, através de meios digitais</p> <p>Reforçar as tecnologias de comunicação e informação e a inteligência artificial para a vigilância epidemiológica</p>
Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores		<p>Investir na digitalização do Setor da Saúde com vista a permitir disponibilizar um registo eletrónico de saúde de cada cidadão, assim como a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados aos profissionais de saúde, com o objetivo de criar condições iguais de acessibilidade aos cuidados de saúde das ilhas mais isoladas e sem hospital, e potenciando informação não só para a cura como para a prevenção</p>
Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa		<p>Alargar o Desporto Escolar à comunidade fomentando a mobilidade ativa, desde as idades mais jovens e ao longo da vida, e a prática desportiva em contexto familiar, como meio de promoção do sucesso dos alunos e de estilos de vida mais saudáveis</p> <p>Implementar uma Campanha Nacional e Plataforma Tecnológica para promover a atividade física aumentando o conhecimento dos cidadãos sobre os benefícios da prática regular de atividade física, em todas as idades e de acordo com a sua capacidade, visando o incentivo à adoção de um estilo de vida mais saudável</p>
Transição Digital da Saúde		<p>Melhoria da qualidade de serviço e resiliência dos sistemas informáticos disponíveis no SNS, garantindo maior segurança e auditabilidade sobre os dados da saúde e a evolução ao nível tecnológico e de manutenção dos mesmos</p> <p>Simplificação, uniformização e digitalização dos canais de comunicação entre o cidadão e as unidades de saúde</p>

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C1. Serviço Nacional de Saúde	Transição Digital da Saúde	<p>Melhoria da mobilidade e usabilidade dos sistemas de informação da saúde, catalisando a modernização dos atuais processos de trabalho</p> <p>Uniformização e generalização de dados críticos para a rápida e correta identificação das entidades estruturais do sistema de informação, bem como numa ótica de realização de atividades de monitorização do correto comportamento do Sistema de Saúde Português</p>
C3. Respostas Sociais	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	<p>Requalificar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes e o licenciamento de respostas em situação irregular, compreendendo intervenções ao nível do edificado e respetivos equipamentos que visem a criação, a qualificação e o apetrechamento dos espaços de isolamento sanitário para situações de contingência, com soluções de Wi-Fi e material informático e capacitação digital de modo a facilitar a comunicação e a melhoria da eficiência energética dos edifícios</p>
	Plataforma + Acesso	<p>Agregar, sistematizar e simplificar a informação relativa a recursos de apoio, legislação e medidas específicas para todos os tipos de deficiência ou incapacidades</p> <p>Criar um sistema de georreferenciação nacional da rede de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida através de informação em tempo real da ocupação dos mesmos</p> <p>Disponibilizar soluções de georreferenciação das condições de acessibilidade nas vias públicas e da localização de imóveis públicos e privados, acessíveis e utilizáveis por todos, com indicação de características de acessibilidade em espaços exteriores e interiores, bem como os respetivos serviços existentes</p> <p>Facultar aos cidadãos surdos um <i>call-center</i>, que garanta serviços de interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP), em tempo real, para toda a Administração Pública</p> <p>Criar infraestruturas para os imóveis com equipamentos e <i>software</i> que permitam instalar sistemas de informação e posicionamento global (GPS) para espaços públicos interiores de grandes dimensões e viabilizar a inclusão de privados, atualizados em tempo real</p>
C7. Infraestruturas	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	Reforço da cobertura com soluções de comunicação 5G
C8. Florestas	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	<p>Operacionalizar o BUPI, enquanto plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado assente nos três pilares de promoção do registo da propriedade, aquisição expedita de dados relativos à geometria dos prédios e harmonização da informação tributária</p> <p>Operacionalizar o Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS) com o objetivo de obter produtos cartográficos de referência, no sentido de inovar nos processos de angariação e exploração de dados e de informação e de alimentar um sistema dinâmico que permita o conhecimento atempado das dinâmicas de aproveitamento do solo e das práticas agrícolas e silvícolas relevantes para a gestão integrada dos incêndios rurais e para a política de transformação da paisagem nos territórios vulneráveis de floresta</p>
	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais	Aquisição e instalação de dois radares de dupla polarização com sistema de computação e de arquivos, instalação de detetores de trovoadas e estação meteorológica automática

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
<b>TRANSIÇÃO DIGITAL</b>		
C16. Empresas 4.0	Capacitação Digital das Empresas	<p>Academia Portugal Digital – plataforma e programa de desenvolvimento de competências digitais em larga escala que deverá permitir aos trabalhadores do setor empresarial: i) produzir uma autoavaliação do atual nível de competências digitais, considerando o quadro português de competências digitais (ODRCD) baseado na DigComp; ii) receber um plano personalizado de capacitação em competências digitais com metas concretas, considerando níveis individuais em cada domínio, objetivos pessoais e exigências específicas do mercado de trabalho (atuais e futuras), podendo este ser articulável com as necessidades de aquisição de competências de modo mais englobante, para favorecer trajetos de conclusão de níveis de qualificação; iii) aceder a recursos de formação online que permitam adquirir novas competências e atingir os objetivos pré indicados; e, iv) desenvolver um passaporte pessoal que discrimine, centralize e certifique a informação das competências digitais do trabalhador (em articulação sempre que justificável com outras sistemas já existentes, nomeadamente o passaporte Qualifica)</p>
		<p>Emprego + Digital 2025 - programa de capacitação em tecnologias digitais que visa responder aos desafios e oportunidades de diversos setores empresariais nomeadamente indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura, economia do mar e construção, setores fortemente impactados pelos processos de transformação digital e pela pandemia da COVID-19. Este programa é uma vertente de especialização da "Academia Portugal Digital" operacionalizando a capacitação em formato de ensino presencial e misto. É dirigido a trabalhadores de empresas independentemente do nível de competências digitais que possuam, devendo contribuir para a melhoria das mesmas em alinhamento com as necessidades específicas do setor empresarial e da área de negócio onde se inserem atualmente. A semelhança do programa Emprego + Digital lançado em 2020, esta iniciativa será desenvolvida em estreita articulação com as confederações e associações empresariais</p>
	Catalisação da Transição Digital das Empresas	<p>Desmaterialização da Faturação – iniciativa que visa automatizar o processo de aposição de assinatura eletrónica qualificada para a emissão de faturas através do Serviço de Assinatura de Faturas Eletrónicas (SAFE) da AMA, bem como massificar a utilização, o envio de faturas em formato digital e faturação eletrónica nas transações B2B e B2C. Através de uma solução com recurso à Morada Única Digital que possibilitará o envio por email das faturas para o contribuinte (cidadão ou empresa)</p>
		<p>Digital Innovation Hubs – os DIH são estruturas que visam a centralização de um conjunto de serviços de apoio à transição digital das empresas, em condições mais acessíveis, focando este processo em 3 tecnologias disruptivas: IA, HPC e Cibersegurança. O presente programa tem como objetivo ampliar e desenvolver uma rede nacional de DIH, reforçando o investimento previsto e complementando aquela que já se encontra em desenvolvimento no âmbito do Digital Europe Programme (DEP). De modo a atingir um total de 126 hubs, adicionais, este permite aumentar e cobrir um número mais abrangente de clusters e de regiões abrangidas pelo programa, estimulando fortemente a colaboração e a inovação de base tecnológica</p>
		<p>Selos de Certificações de Cibersegurança, Privacidade, Usabilidade e Sustentabilidade – investimento em quatro novas plataformas de certificação em cibersegurança, privacidade, usabilidade e sustentabilidade, bem como uma campanha de divulgação e capacitação de organismos de avaliação de conformidade ou laboratórios de avaliação técnica e a conceção de selos</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C16. Empresas 4.0	Transição Digital das Empresas	<p>Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital (Coaching 4.0) – Enquadrada no programa nacional para a Indústria 4.0, esta iniciativa visa fomentar a integração de tecnologia nas empresas, apoiando o desenvolvimento de processos e competências organizacionais que fomentem a transformação digital do modelo de negócio das organizações</p> <p>Comércio Digital – Programa para a digitalização de PME, com foco em micro-PME da área do comércio, com vista a ativar os seus canais de comércio digitais, incorporando tecnologia nos modelos de negócio, bem como desmaterializar os processos com clientes, fornecedores e logística por via da utilização das tecnologias de informação e comunicação de modo a apoiar a internacionalização. Integra três projetos – “Aceleradoras de Comércio Digital”, “Bairros Comerciais Digitais” e “Internacionalização via E-commerce”</p> <p>Empreendedorismo – Investimentos que materializam o reforço na aposta estratégica de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, que passa por apoiar diretamente <i>startups</i>, por norma em fase de <i>seeding</i>, visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços com forte componente digital e verde, pela consolidação da estrutura existente de apoio ao empreendedorismo (<i>Startup Portugal</i>) e também pelo apoio ao desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras. Integram três projetos: “<i>Voucher para Startups - Novos Produtos Verdes e Digitais</i>”, “Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo” e “Vale para Incubadoras/ Aceleradoras”</p> <p>Rede Nacional de <i>Test Beds</i> – Criação de uma rede nacional de <i>test beds</i> através de infraestruturas que visam criar as condições necessárias às empresas para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços, acelerando o processo de transição digital, seja por via de um espaço físico ou de simulador virtual</p>
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	<p>Aquisição de serviços informáticos para o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Informação e Gestão de Património Imobiliário Público</p> <p>Digitalização da informação de suporte às matrizes prediais</p> <p>Desenvolvimento de mecanismos de consulta e visualização das matrizes prediais</p> <p>Desenvolvimento de serviços de pré-preenchimento declarativo (IMI e ISTG)</p> <p>Desenvolvimento de um sistema de liquidação da propriedade rústica</p> <p>Desenvolvimento de uma solução de gestão da informação georreferenciada</p> <p>Desenvolvimento de um sistema de informação de suporte à avaliação cadastral simplificada da propriedade rústica</p> <p>Enriquecimento da área de <i>staging</i> com um conjunto de serviços que obtenha, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, a criação de um vocabulário comum e um mapa dos metadados existentes com um mecanismo de classificação de qualidade de dados</p> <p>Reforço da infraestrutura de preservação da informação predial digitalizada</p> <p>Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública</p> <p>Consolidação dos dados existentes nos sistemas de Inventariação dos Imóveis do Estado SII-E (SGI; Folhas de Excel, Georreferenciação GeoRef) da DGTF na área de <i>staging</i></p> <p>Definição e implementação do processo de consolidação global e a sua integração na produção dos indicadores e contas da República</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais à gestão financeira em termos de infraestruturas tecnológicas
		Implementação do SOC de forma a permitir um aumento da segurança da informação e do acesso aos dados e implementação das políticas de segurança e soluções de cibersegurança (segurança de informação)
		Migração de Dados dos Imóveis Públicos existentes na área de <i>staging</i> para o novo sistema SIGPIP
		Modernização dos sistemas de informação do Parque de Veículos do Estado
		Modernização e renovação dos sistemas de informação
		Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação
		Redesenho e implementação do processo orçamental, incorporando a orçamentação por programas
		Solução de reconhecimento, de forma faseada, das operações gerais do Estado – Entidade Contabilística do Estado
		Solução integrada de gestão central do Ministério das Finanças
		Solução processual integrada de gestão dos ciclos da receita e despesa
	Transição Digital da Segurança Social	Desenvolvimento e implementação de um novo modelo de relacionamento (Visão 360°) que agilize e integre numa lógica omnicanal os variados canais de interação do cidadão e da empresa com a Segurança Social e com recurso a tecnologias emergentes
		Implementar soluções de infraestrutura e suporte aos sistemas da Segurança Social, baseados em soluções <i>Cloud</i> que garantam maior <i>performance</i> , disponibilidade do sistema e maior adequação e atualização tecnológica de todos os componentes da arquitetura
		Reengenharia de processos e qualificação dos profissionais para os adaptar às transformações preconizadas
		Reformular e adaptar o posto de trabalho (Posto de trabalho 2I), viabilizando o recurso a modos mais adaptativos de trabalho, como o teletrabalho, intervindo nos equipamentos e soluções de produtividade e comunicação
		Reorganização da conceção do Sistema de Segurança Social e modernização do Sistema de Informação da Segurança Social, na área das prestações, contribuições, fiscalização, cooperação, gestão da informação e canais de pagamento, o que implica uma mudança em três dimensões, designadamente legal, de reengenharia de processos e tecnológica
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios	Justiça Económica e Ambiente de Negócios	Cartão de Cidadão (CC): Soluções alternativas de atendimento – Novo serviço que desmaterializa totalmente o processo de pedido e de entrega do CC
		Desenvolvimento da Fase 2 do Projeto Tribunal+: Balcão+ eletrónico (serviços <i>online/remotos</i> ) e Comarca+ para apoio aos órgãos de gestão das comarcas

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios	Justiça Económica e Ambiente de Negócios	Desenvolvimento do sistema de informação Empresa 2.0 – nova plataforma que inclui o ciclo de vida da empresa (criação, gestão e encerramento); e-Residency – ciclo de vida para empresas estrangeiras que pretendem criar a sua sede em Portugal
		Desenvolvimento do Sistema de Informação de Monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção
		Desenvolvimento dos Sistemas de Informação de suporte à Resolução Alternativa de Litígios: Plataforma RAL+ – para Julgados de Paz, Mediação e Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo
		Desenvolvimento e implementação do sistema de tramitação processual para as secretarias judiciais (incluindo os balcões nacionais do arrendamento e de injunções), impactando a atividade de cerca de 7.000 oficiais de justiça, com prioridade para as áreas processuais administrativa e fiscal, comércio/insolvências e ação executiva
		Desenvolvimento e modernização dos sistemas de informação na área da investigação criminal
		Disponibilização de novos serviços <i>online</i> e realização da reengenharia destes na Plataforma Digital da Justiça e no Portal Único Digital Nacional, na perspetiva de simplificar e de melhorar a experiência do utilizador
		Plataforma de Indicadores e Estatísticas da Justiça – Extração e processamento de dados ( <i>Big Data</i> ) da atividade da Justiça para disponibilização de estatísticas, indicadores operacionais, <i>dashboards</i> interativos, com capacidades previsionais e simulação cenarizada, deteção ativa de viés, integrando-os em plataformas de dados abertos (ex. Dados.Gov), promovendo a interoperabilidade com iniciativas da sociedade civil e setor empresarial
		Plataforma de Serviços Comuns da Justiça – Inclui aplicações partilhadas transversalmente, como sistemas de bases de dados biométricas; sistema de gestão documental; sistemas de Informação de Gestão dos Serviços da Justiça; motor dinâmico para criação de <i>templates</i> para notificações e sistemas de monitorização da atividade (inclui Plataforma de Gestão e Acompanhamento do Teletrabalho e Organização Dinâmica de Equipas)
		Plataforma de suporte à criação e gestão de modelos de documentos transversal ao Ministério da Justiça com vista à harmonização e simplificação da linguagem das comunicações e serviços digitais para cidadãos e empresas
		Plataforma de suporte aos processos de Insolvência e Recuperação para empresas e cidadãos de serviços e informação “Insolvências, Falências e Recuperação” para empresas e cidadãos
Plataforma Integrada de Registos – Desenvolvimento e migração das aplicações de suporte aos registos civil, comercial, predial e de nacionalidade, implementando o paradigma “digital por definição” em toda a atividade dos registos, abrangendo 434 conservatórias e 4.658 trabalhadores		
Reforço das infraestruturas e equipamentos tecnológicos – redes de comunicações, sistemas hw/sw operativo, equipamentos de <i>datacenter</i> , <i>disaster/recover</i> , segurança); Novo <i>Service Desk</i> ; Criação de um <i>Contact Center</i> setorial para resposta a mais de 200.000 chamadas/mês; apetrechamento tecnológico e de videoconferência para tribunais e conservatórias e outros Serviços da Justiça; novo <i>service desk</i> transversal e criação de <i>contact center</i> multicanal da Justiça		

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização, e Interoperabilidade e Cibersegurança	Capacitação da Administração Pública – Formação de trabalhadores e gestão do futuro	AP Digital 4.0, assente em três eixos, em estreita articulação com as instituições de ensino superior: a) Formação em ferramentas de produtividade; b) Formação destinada a técnicos na carreira de informática e/ou que desempenhem funções conexas; c) Formação em tecnologias emergentes e gestão, destinada a dirigentes e trabalhadores da Administração Pública
	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas	<p>Eliminar as redundâncias dos processos técnicos burocráticos das Forças e Serviços de Segurança (FSS), na perspetiva de criar sistemas comuns em contextos voláteis e que permitam disponibilizar elementos policiais para funções operacionais, potenciando a redução de custos de funcionamento através do aproveitamento de soluções e capacidades de uso comum, da redução de esforço administrativo promovida pela uniformização, integração e automatização de processos</p> <p>Intervencionar a Rede Informática do Governo tornando-a mais resiliente e digital</p> <p>Investir na melhoria da cobertura e capacidade da Rede de Comunicações de Emergência do Estado em Portugal Continental, na redundância geográfica dos Centros de Comutação (MSO) e de transmissão entre as Estações Base rádio em Portugal Continental e ainda na redundância da Rede nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira</p> <p>Renovar a arquitetura dos sistemas de informação e processos associados à gestão e controlo de fronteiras, cooperação policial e judiciária e de asilo, permitindo reduzir a carga burocrática dos serviços do SEF</p>
	Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores)	<p>Infraestrutura digital na Administração Pública Regional - Mobile.GOV</p> <p>Programa de investimento "APR + Acessível, Inclusiva e Aberta"</p> <p>Programa de investimento "APR + Apta para o Futuro"</p> <p>Programa de investimento "APR + Proativa"</p> <p>Programa de investimento "APR + Serviços mais ágeis"</p>
	Reforço do quadro geral de segurança cibernetica na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos	<p>Reforçar a capacitação em cibersegurança e segurança da informação</p> <p>Criar as condições físicas e tecnológicas para a implementação e operacionalização do novo modelo de coordenação da cibersegurança e da segurança da informação</p> <p>Implementar o quadro nacional de cibersegurança e transformar o atual modelo de coordenação da cibersegurança e da segurança da informação</p> <p>Incrementar a segurança na gestão do ciclo de vida da informação</p>
	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único Nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal	Disponibilizar um centro de contactos dotado de meios e tecnologia que permita igualmente tratar dos principais serviços através deste canal

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
<p>C19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização, e Interoperabilidade e Cibersegurança</p>	<p>Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único Nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal</p>	<p>Disponibilizar um portal único de serviços digitais, alinhado por eventos de vida dos cidadãos residentes em território português e no estrangeiro e das empresas, que se assuma como “Loja do Cidadão Virtual”, permitindo ao cidadão tratar de forma digital e desmaterializada os principais serviços da <i>app</i></p>
	<p>Serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência</p>	<p>Expandir a rede de lojas do Cidadão, Espaços do Cidadão e de Espaços de Cidadão Móveis, aumentando a cobertura territorial e chegando a quem não possa ou não consiga aceder aos serviços digitais</p>
	<p>Incrementar a governação e capacidade de reutilização segura dos dados na <i>app</i></p>	<p>Promover a criação de infraestruturas integradas para fins específicos. Para tal, irá ser dado o exemplo com uma infraestrutura integrada de informação de conhecimento territorial do país, nas dimensões da habitação, caracterização demográfica e económico-social das famílias, atividade comercial, industrial e agrícola, a qual terá como requisito a interoperabilidade com outros sistemas de informação das organizações públicas e/ou privadas</p>
	<p>Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal de dados abertos da Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, mais dados ligados, em tempo real e publicitação de identificadores persistentes para dados referidos em documentos oficiais, e com isso alavancar, entre outros fins, a comunicação da transparência</p>	<p>Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal de dados abertos da Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, mais dados ligados, em tempo real e publicitação de identificadores persistentes para dados referidos em documentos oficiais, e com isso alavancar, entre outros fins, a comunicação da transparência</p>
<p>Transição Digital da Administração Pública da Região Autónoma da Madeira</p>	<p>Conetividade Ampliada – Fomento à inovação, telemática e reforço de segurança da operação</p>	<p>Cultura + Digital</p>
		<p><i>Data Science</i> nos setores do Mar, Turismo e Transportes</p>
		<p>Digitalização na área dos transportes</p>
		<p>Fomentar a Floresta 4.0</p>
		<p>Inovação, modernização e digitalização do destino “Madeira”</p>
		<p>Modernização e reorganização da Administração Pública</p>
		<p>Qualificação da Administração Pública em estreita articulação com as instituições de ensino superior</p>
		<p>Transição Digital na RAM_Vetor Terrestre</p>
<p>C20. Escola Digital</p>	<p>Educação Digital (Açores)</p>	<p>Aquisição de 20.000 equipamentos digitais móveis</p>
		<p>Aquisição de ecrãs interativos com o objetivo de equipar 330 salas de escolas da região</p>
	<p>Programa de Aceleração da Digitalização da Educação (Madeira)</p>	<p>Conceção e desenvolvimento de 10 MOOCs (<i>Massive Open Online Courses</i>) para professores e 10 MOOCs para encarregados de educação</p>
		<p>Ambientes inovadores de aprendizagem</p>
<p>Equipamentos com alto desempenho de resposta aos pedidos, tanto para o processamento do sinal do ISP, como da própria rede Wi-Fi</p>		



Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C20. Escola Digital	Programa de Aceleração da Digitalização da Educação (Madeira)	Formação de recursos em competências digitais do professor
		Infraestruturas físicas de rede bem definidas e estruturadas
		Ligação à internet com uma boa velocidade de acesso ( <i>download</i> e <i>upload</i> ) e com valores de desempenho constantes por parte do ISP ( <i>Internet Server Provider</i> )
		Núcleos de Inovação Educacional – disponibilizar ferramentas/equipamentos que possibilitem diferentes graus de sofisticação de aplicações tecnológicas e que permitam a aprendizagem de conteúdos educativos relacionados com as Ciências, Tecnologia, Engenharia, Eletrónica, Matemática, Artes, Línguas e Humanidades; estimulando a aprendizagem através da resolução de problemas
		Projeto dos manuais digitais
	Transição Digital na Educação	Alargamento da conectividade da internet da Rede Alargada da Educação para 300 Gbps
		Aquisição de 600.000 computadores de uso individual (alunos e professores)
		Criação de cerca de 1.300 Laboratórios de Educação Digital
		Disponibilizar recursos e conteúdos educativos digitais para a totalidade da matriz curricular (330 disciplinas)
		Dotar as escolas de equipamentos de projeção em 40.000 salas
		Dotar, pelo menos, 90% das escolas com ligação à Rede Alargada da Educação com uma capacidade mínima de 1 Gbps e ampliar as redes de área local a todas as escolas de ensino básico e secundário da rede pública com ênfase nas redes Wi-Fi
		Remover limitações à utilização integrada dos equipamentos tecnológicos e digitais e suprimir a carência de equipamentos especializados para desenvolver competências digitais. Estimular o avanço para carreiras STEAM, promovendo igual participação de raparigas e rapazes. Criação de condições para a utilização integrada dos diferentes equipamentos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, presencial, misto e à distância para a participação de alunos e alunas em projetos específicos para o desenvolvimento de competências digitais
		Remover obstáculos ao acesso à internet de qualidade em ambiente escolar, assegurando o fornecimento de conectividade à internet de qualidade às escolas, de modo a permitir a utilização universal de equipamentos e acesso a recursos educativos digitais por alunos, professores e funcionários de apoio à gestão em contexto educativo
		Superar a utilização insuficiente de recursos educativos digitais no processo de ensino-aprendizagem e nos processos de avaliação, criando condições para a melhoria e utilização generalizada de recursos educativos digitais, incluindo os processos de avaliação
		Ultrapassar a dispersão e ineficiência dos sistemas de gestão e informação do sistema educativo, criando condições para a gestão eficiente do processo de transição digital

A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.



91 850 45 04

93 050 45 04

96 150 41 26

+351 21 004 24 24

(de Portugal ou do estrangeiro)

#### **Atendimento Personalizado 24H**

O custo das comunicações depende do tarifário que tiver acordado com o seu operador de telecomunicações.

[www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta, Sede na Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.725.000.000,00 euros. Número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 501525882. Agente de Seguros registado com o nº 419527602, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição: 21/01/2019. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em [www.asf.pt](http://www.asf.pt). O Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.